

A escuta sinodal no Brasil e na América Latina¹

Geraldo Luiz De Mori²

Resumo: A XVI Assembleia Geral do Sínodo dos Bispos, convocada em 2021, inicialmente prevista para concluir-se em 2023, mas posteriormente postergada para 2024, contou com uma etapa inicial, chamada de “escuta”, realizada em todas as dioceses do mundo, cujos relatórios, reunidos pelas Conferências Nacionais dos Bispos de cada país, foram enviados à Secretaria Geral do Sínodo dos Bispos (SGSB), que, em seguida, elaborou o Documento para a Etapa Continental (DEC), cujas sínteses deram origem ao *Instrumentum Laboris*, a partir do qual foi realizada a 1ª Sessão do Sínodo, em outubro de 2023. O presente texto retoma os principais conteúdos da síntese da Igreja do Brasil e da Síntese da América Latina e Caribe, apontando as grandes questões que são levantadas em nível nacional e latino-americano e caribenho para a Igreja na terceira do século XXI.

Palavras-chave: Sínodo sobre a sinodalidade; Igreja católica do Brasil; Igreja latino-americana; escuta.

INTRODUÇÃO

A XVI Assembleia Geral do Sínodo dos Bispos teve início no dia 10 de outubro de 2021, com uma missa solene presidida pelo Papa Francisco na Basílica de São Pedro, abrindo oficialmente o processo sinodal em nível mundial. Na semana seguinte, em todas as dioceses do mundo, em uma cerimônia eucarística era dado o passo inicial em nível diocesano. Cada diocese deveria compor uma comissão diocesana para a etapa da escuta, baseada no *Documento Preparatório*, que tinha como título “Para uma Igreja sinodal: comunhão, participação, missão”. Além desse Documento, havia também um *Vade mécum para o sínodo sobre a sinodalidade*. Após uma reflexão geral sobre o tema do sínodo, o Documento Preparatório apresentava a metodologia da etapa da escuta, que continha uma Questão Fundamental e Dez núcleos temáticos, com várias questões que poderiam orientar questionários ou outra forma de realizar a escuta. Também havia um cronograma, que previa o período em que deveria ser realizada a etapa diocesana, quando deveria ser enviado o relatório de síntese para a Conferência dos Bispos, e orientações de quando enviar a síntese nacional para a SGSB. Em fins de julho de 2022, a CNBB enviou sua síntese para Roma, indicando que mais de 90% das circunscrições eclesiais tinha participado. Isso também foi feito pelos outros países. Em setembro, a SGSB, com a ajuda de uma equipe elaborou, a partir das sínteses nacionais,

1 O presente texto retoma, em formato mais elaborado, os conteúdos apresentados no seminário realizado no dia 15/05/2023, guardando, no entanto, o caráter mais narrativo, próprio ao seminário.

2 Bacharel em filosofia (1986) e teologia (1992) pelo Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus, correspondente, desde 2002, no plano civil, à Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE), licenciado (1992) em filosofia pela PUC Minas, mestre (1996) e doutor (2002) em teologia pelas Facultés Jésuites de Paris – Centre Sèvres, professor de teologia sistemática na FAJE, líder do Grupo de Pesquisa As interfaces da Antropologia na Teologia Contemporânea, membro do Grupo de Pesquisa Teologia e Pastoral, bolsista de produtividade em pesquisa pelo CNPq desde 2021.

um segundo Documento, que orientaria a Etapa Continental, o Documento para a Etapa Continental (DEC). Em janeiro de 2023 iniciaram-se os encontros por continentes: Europa, Ásia, África, Oceania, Oriente Médio, América do Norte, América Latina e Caribe. Cada continente realizou sua assembleia segundo uma dinâmica própria, a partir da proposta metodológica do “diálogo ou conversa no Espírito”. Na América Latina e Caribe, o CELAM, para proporcionar maior participação, realizou quatro assembleias regionais: México e América Central, Caribe, Países Bolivarianos, Cone Sul. Em seguida, a partir dos relatórios de cada região, com a ajuda de membros da Comisión de Reflexión Teológica do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), elaborou a síntese do continente. O presente texto vai apresentar, em formato sintético, as principais questões abordadas na Síntese da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e na Síntese elaborada pelo CELAM.

1 PRINCIPAIS PONTOS DE DESTAQUE DA SÍNTESE DA CNBB

A Síntese da CNBB, seguindo O *Documento Preparatório*, começa com as respostas às perguntas propostas na “Questão Fundamental”: 1. *Como é o caminhar conjunto acontece hoje na igreja do Brasil?* Os elementos positivos mais enfatizados foram: a. Vida de fé e pertença à comunidade, tendo como fonte a Eucaristia, a escuta da Palavra, as devoções populares, as celebrações litúrgicas, os encontros formativos, os “meses temáticos”, os itinerários catequéticos da iniciação à vida cristã, o respeito às diferentes tradições; b. Organização dos conselhos, através dos quais se dinamizam as assembleias e os encontros diversos em todos os níveis; c. Os gestos concretos de solidariedade, realizados de muitas maneiras nas diversas Igrejas locais ao longo do ano; 2. *Que passos o Espírito convida a dar?* A síntese recorda os seguintes passos mais lembrados: Iniciação à vida cristã, formação de escolas catequéticas, incentivo ao reconhecimento do ministério de catequista, formação bíblica e teológica para o laicato, formação permanente e contínua sobre a sinodalidade e a pastoral de conjunto, superando divisões, marginalizações, clericalismos, animar a leitura orante da bíblia. A Síntese lembra ainda a preocupação recorrente em muitas dioceses: a mudança de época, que exacerba o individualismo e compromete a vida em comunidade; a competitividade e as vaidades. Daí a importância da espiritualidade litúrgica e mistagógica, a necessidade da vivência da caridade e da promoção da cultura do encontro e da dimensão missionária.

Na resposta às questões dos dez núcleos temáticos, o texto segue mais ou menos o seguinte esquema: começa respondendo às questões apresentadas, valorizando o que é positivo, ressaltando o que preocupa ou que é desafio, apontando horizontes de esperança.

O primeiro eixo temático, “*Companheiros de caminhada*”, descreve assim os que caminham com a Igreja: no interior da Igreja, todos os batizados, os ministros ordenados, os/as consagrados/as, os fiéis leigos, quem não professa a fé católica, mas ajuda a Igreja em momentos variados. Enfatiza-se o protagonismo feminino, reconhecendo, contudo que sua participação nem sempre é assegurada nas esferas eclesiais de tomada de decisões; os jovens, embora se reconheça que sua voz precisa ser mais ouvida; os leigos e leigas que assumem com empenho a ação de acolhida na Igreja; no âmbito extra-eclesial: as instituições,

os movimentos sociais, as entidades e segmentos da sociedade que reconhecem a seriedade da Igreja católica e estão dispostos a dialogar e a colaborar com suas iniciativas, pois entendem que elas visam o bem comum e a dignidade da pessoa humana. Após reconhecer esse “caminhar juntos”, o texto recorda os desafios ou dificuldades: movimentos e grupos que tendencialmente preferem caminhar de forma independente, sem ligação com a estrutura diocesana; pessoas e grupos que preferem não caminhar juntos e se excluem, abandonando a Igreja; O assédio de outras denominações religiosas. O texto passa em seguida à resposta à pergunta: quem não deseja caminhar com a Igreja? Indivíduos que se declaram ateus, agnósticos ou pessoas sem vínculo religioso; os que perderam confiança na Igreja por seu legalismo ou se afastaram dela por conta dos escândalos e abusos de ordem sexual e financeira. O texto reconhece ainda que ela não consegue estar nas periferias geográficas e existenciais, deixando à margem na caminhada: alcoólatras, portadores de deficiência, pessoas LGBTQIAP+, profissionais do sexo, dependentes químicos, os que estão impedidos da comunhão eucarística, pessoas em situação de rua ou de vulnerabilidade social, migrantes e refugiados, pessoas com sofrimentos psíquicos, homens e mulheres privados de liberdade e egressos do sistema prisional, padres fora do exercício do ministério. A Síntese retoma ainda algumas experiências concretas que dificultam o caminhar juntos: a mentalidade de ministros ordenados que não sabem ouvir os leigos e leigas e agem com autoritarismo, enfraquecendo a comunhão e a acolhida; os conselhos que não são espaços autênticos de comunhão e participação; as lideranças autoritárias das comunidades; os padres das mídias que instruem seus seguidores com orientações diferentes dos pastores, atuando como igreja paralela à Igreja; a polarização ideológico-política; a falta de unidade e divisões, com oposições ao Papa e à CNBB, fomentada por formadores paralelos, denominados de “gurus teológicos”. Com relação aos elementos que favorecem o caminhar juntos, foram lembrados: o testemunho e os documentos do Papa Francisco, o documento de Aparecida, as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja do Brasil (DGAE), os planos diocesanos de pastoral, as Campanhas da Fraternidade, os diretórios, os projetos missionários, os diversos conselhos. Ainda nesse eixo temático se reconhece que muitas pessoas estão fora do abraço acolhedor da Igreja e necessitam ser acolhidas. A redução significativa da presença juvenil na Igreja também foi assinalada como algo preocupante, que demanda uma ação imediata. Também se recorda a necessidade de se repensar os métodos de evangelização da Igreja, sobretudo os da iniciação à vida cristã.

O **segundo eixo temático, “Ouvir”**, tem como ponto de partida o reconhecimento de que a Igreja é uma das instituições que mais exercita o ouvir, embora tenha algumas fragilidades em suas práticas de escuta, como as diversas formas de clericalismo e a fragmentação comunitária. A pergunta, quem precisa ser escutado? teve as seguintes respostas: os leigos as leigas, dando-lhes espaço e protagonismo. Necessidade ainda de os padres caminharem junto às comunidades, para sentirem seu compasso. São criticadas as diversas formas de autoritarismo no exercício do ministério ordenado. Recorda-se que a arte de ouvir deve ser seguida da acolhida, da abertura e da empatia. Evoca-se aqui o papel das novas tecnologias na arte de escuta e comunicação, lembrando como favoreceram, sobretudo na pandemia, o trabalho em rede e a criação de novos espaços de escuta. Quanto às fragilidades na arte da

escuta, foram lembrados os públicos insuficientemente escutados: juventudes, mulheres, indígenas, ribeirinhos, movimentos sociais, moradores de rua, migrantes, casais em segunda união, dependentes químicos, mães solteiras, idosos, enfermos, portadores de deficiências, depressivos, pessoas em crise conjugal, membros da comunidade LGBTQUIAP+, quilombolas, pobres, desempregados. Quanto aos horizontes que podem favorecer a arte de ouvir, foram valorizados os espaços e meios sistêmicos das paróquias, o voluntariado de leigos e leigas profissionais na arte de escutar. Quanto aos meios de escuta eclesial, foram lembrados os seguintes: reuniões, assembleias, conselhos, grupos diversos, pastorais, movimentos, associações, retiros, encontros de formação, meios de comunicação, sites, secretaria paroquial, projetos diversos, parcerias com outras instituições, documentos, DGAE, presenças junto a comunidades isoladas, visitas domiciliares, religiosas, vicentinos etc.

O **terceiro eixo temático**, “*Tomar a Palavra*”, inicia recordando o lugar central que a escuta da Palavra de Deus deve exercer no processo que leva à tomada da palavra. Quanto aos ambientes nos quais se toma a palavra, recordou-se que o ambiente doméstico é o que melhor favorece a expressão das pessoas, como mostram as novenas, os círculos bíblicos, realizados nas casas. Na sociedade, os lugares de tomada da palavra são a participação em movimentos sociais e civis, as consultas públicas, as associações, as sessões próprias dos poderes públicos, as reuniões escolares e trabalhistas, os diferentes conselhos, as ouvidorias, as redes sociais. A síntese recordou que a Igreja ainda é respeitada na sociedade por dar voz aos que não têm voz; quando assume atitudes mais próximas aos fiéis; quando se faz presente nos MCS, o que se intensificou na pandemia. Quanto aos desafios para a tomada da palavra, com relação às mídias: propagação de valores não coerentes com o evangelho, como o consumismo, o desamor, a violência, a destruição de valores cristãos e das famílias, a disseminação de fake News, a polarização, a pouca preparação de pessoas da Igreja para atuar de forma qualificada nas novas mídias. Os espaços mencionados como privilegiados de fala: os conselhos, embora, em muitas situações, têm se tornado somente lugares de transmissão de informação, não de escuta e decisão. Outros espaços de fala valorizados: a catequese, as celebrações, os encontros de formação, os novos movimentos eclesiais. A Síntese reconhece que quem fala em nome da comunidade é, em geral, o clero. Os leigos, desde que escolhidos e autorizados pelo clero, também falam, em certas ocasiões em nome da comunidade. Há uma crítica ao clericalismo, por monopolizar o uso da palavra e se beneficiar do cerceamento e da redução da palavra conferida aos leigos, especialmente às mulheres e às pessoas marginalizadas. O texto reconhece também que muitas vezes aparecem filtros ao que é dito pelo povo e falta preparo dos leigos/as para falar em nome da comunidade. Os principais desafios para se tomar a palavra: a insegurança, a timidez, o individualismo, a ignorância, a falta de coragem, o desrespeito, a intolerância, o medo, a falta de maturidade nos batizados e o déficit de pensamento crítico, sem contar o comodismo. A Síntese reconhece que a polarização da sociedade fez com que as pessoas não se escutassem, acirrando os motivos para não tomarem a palavra. Reconhece-se ainda que a Igreja se comunica mal com todo o povo de Deus, ao utilizar palavras desencarnadas e pela incoerência entre fé e vida. A fala da Igreja é muitas vezes institucional e não pessoal. Sua voz é tímida em muitos espaços (escolas, hospitais, condomínios). As redes

sociais são vistas como um dos grandes desafios à tomada da palavra, por promoverem a substituição das experiências comunitárias e a perda do vínculo comunitário. Também se fala que as mulheres e jovens têm que tomar mais a palavra. Reconhece-se, porém, que a fala de formação do conjunto do povo de Deus para falar em nome da Igreja impede sua maior expressão. São finalmente apontados alguns horizontes de esperança para se tomar a palavra: o exercício da escuta como principal espaço para capacitar à tomada da palavra; a formação integral que gere autonomia e confira aos indivíduos segurança e coragem profética para expressar sua voz; a melhor qualificação de padres e leigos no uso das redes sociais; formar os fiéis para maior engajamento na política, para que a Igreja tenha voz nos debates sociais e fóruns; apelo a que a Igreja continue se posicionando profeticamente contra a exclusão, o preconceito, a defesa do território de camponeses e povos originários.

No **quarto eixo temático, “Celebrar”**, se que a sinodalidade é alimentada pela oração pessoal, a liturgia e a piedade popular. Na liturgia, destaca-se a eucaristia, mas também as celebrações da Palavra ou o do Ofício divino. Cresce o interesse pela leitura orante. A homilia é vista como espaço de aprofundamento da fé. A religiosidade popular, através de novenas, devoções populares, especialmente a Nossa Senhora, é bastante presente e valorizada. Os meios de comunicação, por transmitirem conteúdos importantes para os fiéis, são vistos como positivos, embora também possam acomodá-los. Algumas dificuldades apresentadas: falta de presbíteros em vários lugares, falta de formação litúrgica, os problemas com a música litúrgica, presente em muitos meios de comunicação, mas numa vertente intimista, que toca somente o emocional. Reconhece-se que algumas celebrações fomentam o individualismo, uma fé intimista e sem compromisso, ou transformam a liturgia em anestesia terapêutica. Há, porém, avanços na aceitação de celebrações feitas por leigos/as. Como horizonte de esperança é indicada uma eficaz iniciação para a liturgia enquanto celebração do mistério pascal. Valoriza-se muito a presença de mulheres como leitoras e acólitas nos diversos tipos de celebração.

O **quinto eixo, “Corresponsáveis na missão”**, enfatiza o reconhecimento da dedicação dos padres, religiosos/as, leigos/as que atuam nas diversas pastorais e ministérios. A Síntese observa, porém, que há um grande desconhecimento da pessoa de Jesus, mas também do plano de pastoral diocesano, das DGAE, da Doutrina Social da Igreja (DSI), do documento de Aparecida. A Síntese evoca de novo o clericalismo, que não reconhece o valor das mulheres e não as integra nas instâncias eclesiais; além de evocar o distanciamento dos padres da vida do povo, observando que eles centralizam tudo em suas mãos. Dentre os desafios apontados, destacam-se: o desconhecimento do caminho sinodal, o conservadorismo religioso e a não aceitação do magistério do Papa Francisco, o pouco envolvimento de membros da Igreja em movimentos sociais. Algumas negligências no campo da evangelização foram também apontadas, sobretudo no que diz respeito às questões sociais, políticas, à formação no campo da afetividade, no pouco ou quase ausente acompanhamento de muitas situações de vulnerabilidade nas comunidades.

O **sexto eixo**, “**Diálogo da Igreja com a sociedade**”, observa, inicialmente, que o magistério do Papa Francisco é inspirador e motivador para o diálogo da Igreja com a sociedade. Reconhece ainda o lugar dos conselhos, assembleias, encontros, retiros, círculos bíblicos, celebrações, projetos interparoquiais e interdiocesanos como mediações do diálogo no interior da Igreja. Na sua relação com a sociedade, a contribuição da Igreja se dá pelas diversas iniciativas no plano da caridade (pastorais sociais, Caritas, CIMI etc.). Ressalta-se a importância dos movimentos sociais, do acompanhamento, em várias dioceses, dos diferentes conselhos de direitos, políticas públicas, ONGs, fóruns etc. As Campanhas da Fraternidade são vistas como experiência singular de vivência sociotransformadora da Igreja do Brasil. Evoca-se ainda a preocupação ecológica. O principal desafio levantado foi o da polarização no seio da sociedade, gerando, no interior das comunidades eclesiais muitos conflitos, centralização do poder, falta de integração e conhecimento mútuo entre os diversos serviços, pastorais e movimentos. Além disso, se recorda que uma certa apatia tem invadido a vida cristã, com falta de motivação, cansaço frente às questões sociais no âmbito eclesial. Desconhecimento da DSI, medo do diálogo com a sociedade civil, esfriamento da profecia no tocante à presença da Igreja no mundo.

O **sétimo eixo**, “**Diálogo ecumênico e inter-religioso**”, começa constatando que poucas dioceses se ocuparam em contemplar a escuta de pessoas de outras igrejas e tradições religiosas. Isso revela que há preconceitos velados e atitudes discriminatórias dos católicos com as outras religiões, especialmente as de matriz africana. Com relação às outras Igrejas cristãs, há dificuldades com as de caráter pentecostal e neopentecostal.

O **oitavo eixo**, “**Autoridade e Participação**”, põe em destaque os conselhos de caráter consultivo em todas as instâncias, como fomentadores da participação na vida eclesial, propiciando a descentralização das decisões. Na metade dos relatórios faz-se, porém, a ressalva de que precisam ser mais efetivos. As pastorais e as coordenações colegiadas também foram citadas como organismos participativos, por promoverem a corresponsabilidade no planejamento pastoral nos diversos níveis. Reconhece-se que o exercício da autoridade na Igreja acontece pela comunhão com o bispo diocesano, mas em vários relatórios reivindica-se uma maior presença do bispo no âmbito que a elas dizem respeito. Com relação aos desafios, de novo aparece o clericalismo como elemento perturbador, por dificultar uma participação mais efetiva na vida eclesial. Ele é alimentado pelos membros do ministério ordenado, mas também por muitos leigos/as. Fala-se ainda da burocratização das relações nas paróquias e comunidades. Como horizontes para enfrentar esses desafios são mencionados: o incentivo e participação nas lideranças das comunidades e pastorais de jovens e mulheres. Alguns relatórios apontaram para a possibilidade de ordenação de mulheres para os graus do diaconato e do presbiterato. Outros falam da supressão da obrigatoriedade do celibato clerical, por ser uma norma disciplinar e não dogmática. A Síntese aponta a necessidade de ampliar a participação laical nos ministérios. Insiste também no incentivo ao protagonismo juvenil.

O **nono eixo**, “**Discernimento e Decisão**”, começa reconhecendo as dificuldades em entender a Igreja como povo de Deus, apesar da valorização dos ministérios, das pastorais,

dos movimentos e das lideranças. A desigualdade na tomada de decisões, muitas vezes sem nenhum diálogo e discernimento, leva em muitos casos à manipulação das decisões, condicionando as reflexões, manifestando e falta de abertura para pensar seriamente algumas questões importantes na Igreja. Há grupos minoritários que não são ouvidos, em alguns casos prevalece o autoritarismo, o clericalismo, o abuso de poder. A Síntese constata também que há ausência de formação e espiritualidade no processo de discernimento, decisão e condução da vida da Igreja, propondo que seja melhorada a formação dos presbíteros para o discernimento. Um tema recorrente presente na Síntese é o da nomeação e transferências de padres. Os conselhos são valorizados como instâncias de discernimento pastoral e gestão financeira. Critica-se a insistência em pedir dinheiro.

O **décimo eixo, “Formar-se na sinodalidade”**, começa reconhecendo que há várias instâncias de formação nas igrejas particulares: escolas de formação permanente, cursos de teologia para leigos, escolas diaconais, catequética, de fé e política, litúrgica, de comunicadores, bíblico-pastoral, missionária, espiritual etc. Em muitas dioceses, porém, falta um projeto de formação integral e permanente para o clero, os/as consagrados/as e os fiéis. Os Planos de Pastoral são valorizados, como também as DGAE, por alimentarem a unidade. Reconhece-se como obstáculos para caminhar juntos: o individualismo, o medo, o autoritarismo, a resistência à aceitação do novo, a falta de formação na perspectiva da sinodalidade. A formação nessa perspectiva é processual.

Nas **“Considerações finais”**, os redatores da Síntese afirmam que a Igreja do Brasil tem consciência do pluralismo social, político, econômico e cultural que marca o país e que deve ser levado em conta no exercício de sua missão. Eles observam também que a primeira fase da escuta sinodal foi realizada e assumida pela maioria do povo de Deus, com olhar crítico e de esperança, a partir da identidade eclesial e na relação com a sociedade, tendo em vista os âmbitos mais desafiadores: as periferias geográficas e existenciais. Eles constatarem, porém, com inquietação, a ausência da voz dos que discordam das opções da Igreja e das pessoas que compõem a sociedade civil. Apontam, em seguida, como uma síntese final, os avanços, as ausências e incoerências, os desafios emergentes e os horizontes. Com relação aos avanços, falam que a Igreja do Brasil sabe ouvir e trabalhar com as forças vivas do povo de Deus. Os leigos e as leigas, as lideranças comunitárias, a vida religiosa, as mulheres, as juventudes, os simpatizantes e os não simpatizantes, os agnósticos, as ONGS, as escolas e tantos outros grupos da sociedade civil foram companheiros de viagem nessa escuta. Afirmam também que a Igreja católica do país tem vasta experiência de escuta, embora lhe falte a atitude de escutar a todos/as envolvendo-os/as à luz da Palavra de Deus. Outro destaque da escuta, segundo os mesmos redatores, é a descoberta da sinodalidade, ou seja, da importância dos conselhos, do serviço dos pastores que atuam na evangelização, da presença do bispo diocesano, da pessoa do Papa Francisco. Com relação às ausências e incoerências apresentadas na escuta, eles recordam a perda do profetismo, que aponta para um acento no divórcio entre fé e vida, levando muitas comunidades a um estilo de religiosidade intimista, presentista, com perda das conquistas do passado e indiferença com relação ao futuro. O clericalismo, colabora para o afastamento de pessoas que perdem seus vínculos religiosos com a Igreja,

generalizam os escândalos de abusos de poder, sexual e financeiro, cometidos, em geral, pelo clero. A vida celebrativa e de oração é vista pelos redatores da Síntese como importante na construção da sinodalidade. Como desafios emergentes são apontados: as dificuldades na compreensão da acolhida como ação missionária e não como espera de quem chega; o frágil protagonismo dos leigos/as; a ausência de referência das atuais DGAE; a tímida referência ao cuidado da casa comum; a rejeição, em certos grupos, do Concílio Vaticano II e do ministério do Papa Francisco; o afastamento dos jovens dos ambientes eclesiais; o enfraquecimento das comunidades e das práticas pastorais, da metodologia de participação; o crescimento do intimismo religioso; a instrumentalização da eucaristia como ato penitencial, propagado pelos formadores paralelos, que produzem um magistério paralelo, que não promove a sinodalidade, causando confusão na cabeça do povo; a polarização da sociedade presente no seio das comunidades; o cansaço pastoral; a fragilidade profética e ecumênica; a intolerância religiosa e a falta de preparo para uma inserção dos fiéis nas questões sociais. Os horizontes indicados: o resgate de uma pastoral política que colabore no cultivo, na formação integral e no acompanhamento das lideranças políticas antigas e novas; o ensinamento claro da DSI; a discussão de temas candentes como o celibato dos padres, o acesso das mulheres ao ministério ordenado; a formação dos padres; a iniciação à vida cristã em perspectiva catecumenal e mistagógica.

2 A ESCUTA E A SÍNTESE DA ETAPA CONTINENTAL

O *Documento para a Etapa Continental*, após uma Introdução, estava organizado em quatro partes: (1) A experiência do processo sinodal: (1.1) Os frutos, as sementes e as ervas daninhas da sinodalidade, (1.2) A comum dignidade batismal; (2) Escutando as Escrituras; (3) Em direção a uma Igreja sinodal missionária: (3.1) Uma escuta que se faz acolhimento, (3.2) Irmãs e irmãos para a missão, (3.3) Comunhão, participação e corresponsabilidade, (3.4) A sinodalidade como forma, (3.5) Vida sinodal e liturgia; (4) Os próximos passos: (4.1) Um caminho de conversão e reforma, (4.2) Metodologia para a etapa continental. Nas assembleias se privilegiou, sobretudo, os temas da terceira parte.

A Síntese da América Latina e Caribe, que recolhe os resultados dos “diálogos no Espírito” das quatro assembleias regionais, está organizada da seguinte maneira: “**Narrativa: a fase continental do sínodo da América Latina e Caribe**”: recorda o processo que levou à elaboração da Síntese: os encontros regionais, dos quais participaram 415 pessoas: 65 bispos, 70 padres, 61 religiosos/as, 16 diáconos, 194 leigos/as. Lembra o método utilizado, o da “conversação ou diálogo no Espírito”, que deram origem aos 4 relatórios de cada assembleia regional, aos quais se acrescentaram os aportes da Conferência Eclesial da Amazônia (CEAMA), da Rede Eclesial Panamazônica (REPAM), da pastoral afro e indígena. O texto recorda ainda o método utilizado na elaboração da Síntese, a saber, o mesmo da “conversação no Espírito”, que deu uma forte marca espiritual a o caminho realizado, além de seu caráter participativo e comunitário.

A Introdução: uma Igreja em chave sinodal: inicia lembrando que a Igreja do continente experimentou o sentido no “nós eclesial” durante essa etapa do sínodo. Retoma o caminho vivido na Igreja latino-americana, desde a época colonial, que a marca com sua variedade de povos e culturas, com seus valores espirituais e comunitários. Com a criação do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) e suas diversas Conferências gerais, o espírito do Concílio Vaticano II fecundo o percurso anterior. O texto lembra ainda a realização, em 2021, da I Assembleia Eclesial do Continente, afirmando que ela é fruto do “transbordamento do Espírito”, e a criação das diversas redes que reúnem as Igrejas da Amazônia (REPAM), da Mesoamérica (REMAM), do Grande Chaco e do aquífero Guaraní (REDCHAG). É o Espírito, sublinha o texto, que vai tecendo a harmonia no continente. Nesse sentido, continua o texto as perguntas que orientaram a escuta nas Igrejas da região convidam a aprofundar uma reflexão espiritual, teológica e pastoral que leve viver a eclesialidade, a sinodalidade, a ministerialidade e a colegialidade. As contribuições do itinerário realizado na região são reunidas ao redor de oito temas:

O primeiro, “**O protagonismo do Espírito em uma Igreja sinodal**”: oferece uma chave trinitária e pneumatológica do caminho vivido pela Igreja da América Latina e do Caribe e durante todo o processo sinodal. A leitura proposta na Síntese mostra que, mais que defender pautas e ideologias, a partir das propostas de uma tendência ou outra da Igreja, é importante que todos possam estar à escuta do que “o Espírito diz à Igreja”.

O segundo tema, “**A sinodalidade do povo de Deus**”, propõe uma volta à eclesiologia do Concílio Vaticano II, a qual, após uma série de imagens bíblicas sobre a Igreja, vista como “sacramento” da presença de Cristo no mundo, propõe como ponto de partida para pensar a Igreja a categoria “povo de Deus”. Essa categoria, inspirada, em parte pela ideia de que Deus escolhe um povo com o qual estabelece uma aliança, como aparece no Antigo Testamento, propõe, na verdade, uma compreensão da Igreja que nasce do sacramento do batismo, o qual torna cada fiel “sacerdote, profeta e rei”, com uma dignidade igual, que não admite nenhuma separação ou privilégio entre os fiéis. O texto valoriza muito o percurso sinodal realizado na Igreja do continente, recorda a corresponsabilidade de todos/s na missão eclesial e lembra que há vários entraves no exercício da sinodalidade, sobretudo com relação ao lugar e ao papel da mulher na Igreja.

O terceiro tema, “**Sinodalidade: o modo de ser e de atuar da Igreja**”, valoriza o caminho de escuta trilhado no percurso sinodal, mostrando sua importância nos processos de discernimento, refletindo sobre os métodos de reflexão teológica e de “discernimento” que caracterizaram a pastoral da Igreja latino-americana e caribenha, sobretudo o método ver, julgar, agir, e apontando as contribuições, experimentadas no processo sinodal, do método da “conversação/diálogo no Espírito”, que valoriza a escuta como lugar fundamental da pastoral e da teologia, abrindo-se ao que os diferentes interlocutores do diálogo aportam e, o mais importante, “o que o Espírito diz à Igreja”.

O **quarto** tema, “**Igreja sinodal missionária**”, recorda que todo o processo sinodal visa à missão, que é constitutiva da identidade e do “mandado” do Cristo à Igreja. Com efeito, a Igreja existe para anunciar o que a faz viver, seu Senhor, cuja vida foi colocar-se ao serviço da vontade do Pai e se caracteriza por um estar em “constante saída”. A vocação missionária não é privilégio dos ministros ordenados, mas de todos os fiéis, e se dá pelo anúncio explícito do Evangelho, mas também no testemunho do enviado do Pai.

O **quinto** tema, “**A sinodalidade: compromisso socioambiental em um mundo fragmentado**”, recolhe o grande legado do engajamento eclesial junto aos mais pobres e, nos últimos anos, junto à questão do cuidado da casa comum, presente na dimensão profética e samaritana da Igreja, chamada, com urgência, a reatualizar a opção preferencial pelos pobres no cuidado e defesa dos novos rostos da pobreza no continente.

O **sexto** tem, “**Conversão sinodal e reformas estruturais**”, aponta os principais apelos à reforma na Igreja e da Igreja no atual momento: a prevenção contra os abusos (sexual de menores, vulneráveis, de consciência, econômicos), a obrigatoriedade dos conselhos, a prestação de contas, a criação de novas estruturas, como as das Conferências Eclesiais, a relação entre *sensus fidei*, sinodalidade, colegialidade, primado e teologia.

O **sétimo** tema, “**Vocações, carismas e ministérios em chave sinodal**”, aprofunda o apelo à conversão e à reforma sinodal, mostrando a grande riqueza que o Espírito Santo tem suscitado na Igreja, com vocações, carismas e ministérios diversos. Aponta também algumas demandas, como a expansão da compreensão do ministério dos leigos, a valorização do lugar da mulher nas diversas instâncias da Igreja. A denúncia do clericalismo emerge com força no texto, com um apelo à renovação da compreensão do ministério ordenado, e a possível abertura à ordenação de homens casados e de mulheres.

O **oitavo** tema, “**Contribuições do itinerário sinodal latino-americano e caribenho**”, reitera os elementos a serem debatidos no sínodo, como as relações mútuas entre eclesialidade, sinodalidade, ministerialidade e colegialidade. As novas formas de organização surgidas na América Latina, como a CEAMA e a I Conferência Eclesial levantam interrogações sobre sua função e papel, e sobre o lugar e o papel de uma reflexão teológica que tem como ponto de partida o discernimento dos “sinais dos tempos”. Finalmente, o texto questiona as relações entre Igreja local e Igreja universal, mostrando a importância de um melhor equilíbrio entre a perspectiva vertical e a horizontal na condução dos destinos da Igreja que de fato se queira e viva efetivamente como sinodal.

CONCLUSÃO

Como se pode perceber, apesar de representarem momentos diferentes do percurso sinodal, pois a Síntese da CNBB retoma o resultado da escuta das circunscrições eclesiais do Brasil, enquanto a Síntese do CELAM recolhe os ecos do “diálogo no Espírito” das quatro regiões do continente latino-americano e caribenho, há alguns elementos comuns e outros distintos. O que é comum é o reconhecimento das muitas experiências sinodais realizadas no

Continente, com iniciativas únicas, como a I Assembleia Eclesial do continente, a Conferência Eclesial da Amazônia, expressões importantes da sinodalidade na base e de uma articulação entre sinodalidade e colegialidade. Essas experiências traduzem no nível mais amplo aquilo que é vivido de muitas maneiras nas bases das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), das pastorais, dos conselhos em todos os níveis. A opção pelos pobres e o compromisso com a defesa de distintos rostos marcados pela injustiça, pelo atentado aos direitos básicos à sua dignidade, também é um traço comum recordado como expressão da sinodalidade que se faz serviço, profecia e defesa dos pequenos. Comum também são as dificuldades de se viver o “caminhar juntos”, como o autoritarismo presente em muitas instâncias da Igreja, expresso, entre outras manifestações no clericalismo. Ele é a raiz de muitos abusos, como o sexual de menores e pessoas vulneráveis, mas também os de consciência e econômicos. O método da escuta, privilegiado na etapa continental, com a dinâmica do “diálogo no Espírito”, revelou-se fecundo e aponta caminhos para encontrar juntos a superação para muitos problemas no seio da Igreja. Um tema recorrente, tanto na Síntese da CNBB quanto na do CELAM é o lugar das mulheres na Igreja, não tanto que elas não sejam presentes e não exerçam funções relevantes, mas seu lugar nas instâncias de decisão e, nas duas Sínteses, se fala da possibilidade de sua ordenação, como também a de homens casados. A acolhida de muitos grupos colocados à margem, tanto na sociedade quanto na Igreja, também é uma demanda presente nas duas Sínteses, sobretudo os povos originários, afrodescendentes e as pessoas LGBTQIA+. A questão das juventudes também é vista com preocupação, com a drástica redução de sua participação nas atividades da Igreja, acentuada depois da pandemia. Alguns elementos presentes de modo particular na Síntese da CNBB: a perda do profetismo da Igreja, que se expressa em sua retirada da cena pública ou da perda de sua relevância em questões importantes, como a defesa dos direitos dos mais pobres; a acentuação da polarização na sociedade e sua repercussão no seio das comunidades de fé; a presença massiva de um “magistério paralelo”, exercido por “gurus digitais”, com uma piedade “presentista, intimista, com pouca ou nenhuma preocupação com o nós comum.

Nesses pontos comuns e distintos é possível perceber, por um lado, a fecundidade do caminho sinodal já percorrido, mas que nunca é assegurado, necessitando sempre ser de novo reinstituído, para evitar toda tentação autoritária e todo clericalismo; por outro lado, os desafios que o momento presente apresenta para que a Igreja possa continuar sendo farol que ilumina quem está na tempestade do mar bravio das atuais mudanças de época. Para responder a tais desafios, mais que fixar-se no problema, como que “meduzado” por suas dificuldades, é preciso voltar ao mar bravio, deixando-se conduzir pelo Espírito, para que Ele possa, nas provas, levar a encontrar a via do porto seguro.

BIBLIOGRAFIA

CNBB. *Relatório brasileiro para a fase continental* “Por uma Igreja Sinodal: Comunhão, Participação e Missão”. Brasília: CNBB, 2022. Disponível: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2023/03/Sintese-do-Brasil-para-a-Etapa-Continental-Cone-Sul.pdf> Acesso: 30/09/2023

CELAM. *Resumo da fase continental do Sínodo na América Latina e Caribe*. Bogotá: CELAM, 2023. Disponível: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://celam.org/wp-content/uploads/2023/04/Sintesis-Fase-Continental-del-Sinodo-en-ALC_PT.pdf Acesso: 30/09/2023.

SGSB. *Documento de Trabalho*. Para uma igreja sinodal: comunhão, participação, missão. Vaticano: Libreria editrice vaticana, 2021. Disponível: <https://press.vatican.va/content/salastampa/it/bollettino/pubblico/2021/09/07/0540/01156.html#PORTOGHESEOK> Acesso: 30/06/2023;

SGSB. *Vade mécum para o sínodo sobre a sinodalidade*. Vaticano: Libreria editrice vaticana, 2021. Disponível: <https://press.vatican.va/content/salastampa/it/bollettino/pubblico/2021/09/07/0541/01166.html>. Acesso: 30/06/2023.

SGSB. *Documento de Trabalho para a Etapa Continental*. Vaticano: Libreria editrice vaticana, 2022. Disponível: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.synod.va/content/dam/synod/common/phases/continental-stage/dcs/20221025-POR-DTC-FINAL-OK.pdf> Acesso: 30/09/2023.